

ENSINO: Calendário escolar passa a ter 200 dias letivos, mas cem mil professores da rede estadual ameaçam nova greve

Na volta às aulas, o fim da aprovação automática

Decreto do governador acabará com medida que, segundo os educadores, criou uma legião de 270 mil semi-analfabetos

Patrícia Faria

• Ano escolar com 200 dias letivos, diretoras de escolas municipais ganhando uma gratificação pelo cargo de R\$ 624, o dobro do que recebiam anteriormente e da gratificação de R\$ 312 para coordenadores pedagógicos; repressão para valer aos motoristas que pararem na porta de escolas para deixar os filhos; fim da aprovação automática; e uma greve que poderá levar cerca de cem mil professores do estado a cruzarem os braços antes mesmo do primeiro dia de aula. Neste ano, considerando o ano da educação pelo Governo federal, os alunos encontrarão novidades quando voltarem às salas de aulas, no dia 4 na rede estadual, e no dia 9 no município.

Passados cinco anos, o governador Marcello Alencar baixará um decreto nos próximos dias que porá um ponto final na aprovação automática criada pelo então governador Leonel Brizola em janeiro de 93. Com efeitos considerados catastróficos pelos educadores, o que se viu ao longo do tempo é que a medida acabou criando uma legião de cerca de 270 mil alunos semi-analfabetos em todo o estado e completamente despreparados para ingressar na 5ª série do Primeiro Grau. Todos os alunos da C.A. à 4ª série inscritos no ciclo básico não podiam ser reprovados.

Só os alunos do primeiro ciclo não poderão ser reprovados

Pela proposta da Secretaria estadual de Educação, uma das novidades para o ano letivo que começa no dia 4 de fevereiro na rede estadual e no dia 9 para os alunos da rede municipal é que os alunos do primeiro ciclo — de C.A. à 2ª série — não serão reprovados, até porque estão cumprindo um período de alfabetização; mas, quando chegarem ao segundo ciclo, o que corresponderia à 3ª e à 4ª séries, serão avaliados e só passará de ano quem tiver condições. Segundo a secretária estadual de Educação, Ana Galheigo, o fim da aprovação automática deverá entrar em vigor antes do início do ano letivo para que o novo método já possa atingir os 270.897 estudantes matriculados de 1ª à 4ª séries:

— Essa medida acabou prejudicando os alunos, principalmente os do Cieps, e até atingiu os professores, que acabaram ficando desestimulados. Queremos frear esse processo que acabou se tornando paternalista e prejudicou, e muito, a vida dessas crianças. A alfabetização de cerca de 90% delas é insatisfatória. A proposta do governador é melhorar a qualidade do ensino e é isso que vamos fazer sem medir esforços.

Outra novidade é que em junho todos os alunos da rede — um milhão — farão uma avaliação externa, ou seja: um provão para medir a qualidade do ensino. Dois meses depois de tabulados os resultados, os pais receberão uma espécie de boletim de desempenho onde constará o aproveitamento do filho e o da turma



MÃE CONVERSA com o filho na porta da Escola George Pfisterer, no Leblon, considerada uma das melhores da rede pública. Pais de classe média agora disputam vagas para os filhos na rede oficial

onde estuda. Assim será possível saber se o problema é de um aluno, um grupo ou toda a turma.

— Não vamos punir ninguém. Vamos medir o conhecimento com provas elaboradas por nós e não pelas escolas. Se detectarmos que o problema é da turma, faremos uma reciclagem com o professor. Se for do aluno, faremos um trabalho de reforço com ele para que seu aproveitamento seja o melhor possível até o fim do ano — diz Ana Galheigo.

Professores cobram salário de R\$ 600

Mas nem tudo serão flores, pelo menos no Rio, no ano em que o Governo federal decidiu que será o da educação. Promessas feitas pelo governador Marcello Alencar de que o salário dos professores — que é de R\$ 100, mais R\$ 115,96 de abono — passaria, em função da entrada em vigor do Fundo de Valorização do Magistério, para uma média de R\$ 600 podem levar cerca de cem mil professores a cruzarem os braços.

O governador aumentou o ICMS como forma de garantir a verba para a educação e os pro-

fessores até agora nada receberam nos contracheques de janeiro. Resultado: uma greve pode ser deflagrada por tempo indeterminado e frear o calendário de 200 dias letivos previstos na Lei de Diretrizes e Bases, a LDB.

— Ele disse que perderia R\$ 350 milhões de receita e o nosso salário estaria condicionado a isso. Só que estamos no fim de janeiro e nada. A categoria não vai agüentar mais isso e na próxima reunião do Conselho Deliberativo do Sepe, marcada para o dia 4 de fevereiro, vai sair uma proposta pela greve, que será encaminhada em assembléia. Todo o calendário escolar poderá ficar comprometido se ele não nos pagar — afirmou o coordenador-geral do Sepe, Danilo Serafim.

O município também traz novidades para o começo do ano letivo. Assim como no estado, o calendário de 200 dias letivos já é cumprido há pelo menos dois anos. Com o aumento de 20 dias no calendário sendo obrigatório para todos, alguns municípios do Rio, como Saquarema, que terminou o ano letivo via decreto em novembro do ano passado, terão

de cumprir à risca as novas determinações do MEC e aumentar em 20 dias o número de dias de aulas. Por isso, as férias de meio de ano ficam mais curtas.

Entusiasmada com os novos projetos, a secretária municipal de Educação, Carmem Moura, anuncia que 98 será o ano da escola cidadã. Escolas localizadas em comunidades beneficiadas pelo projeto Favela-Bairro ensinarão aos alunos a importância do projeto, para que a melhoria da qualidade de vida alcançada seja preservada.

— Além da criatividade, do estímulo para que a nossa escola melhore, vamos incentivar a cidadania. A pichação será tratada dentro da sala de aulas e vamos enfatizar aulas de meio ambiente, educação sexual e temas que façam parte do dia-a-dia de cada um. O horário integral para os alunos de C.A. à 4ª série vai ser ampliado. Se até ano passado tínhamos 15 Cieps no programa, neste ano teremos 105. A meta do governo é chegar até o fim do mandato com 70% desses alunos estudando o dia inteiro na escola — disse Carmem Moura.

A migração de alunos da rede particular para a rede pública causada pela perda de poder aquisitivo da classe média é encarada por Carmem Moura como um grande incentivo para a melhoria da escola municipal. Quanto mais gente com postura de participação e cobrança, melhor. Das 116 mil vagas oferecidas nas 1.033 escolas para este ano, a classe média ocupou até agora 13.245 vagas, número que vai subir até fevereiro, segundo cálculos da própria secretaria.

Procura é maior nas escolas da Zona Sul

Em 95, migraram 8.500 alunos; em 96, 12 mil alunos; e ano passado foram 15.600 que chegaram da rede particular. A maior procura fica concentrada, como era de se esperar, na Zona Sul.

E as escolas eleitas pela classe média são as mais assediadas. Na semana de matrícula, os pais optaram por dormir na porta de algumas delas em busca de um ensino melhor para os filhos. História, tradição, currículo diferenciado e professores ativos, assim como a direção. Essa é a fórmula

que faz funcionar a todo vapor as escolas consideradas padrão. Entre elas, uma das campeãs é a George Pfisterer, no Leblon. A diretora, Maria da Graça Pereira Nunes, 22 anos de magistério, explica a origem do sucesso.

— Essa escola foi inaugurada há 30 anos e era uma unidade integrada. Ou seja: um lugar de excelência onde os alunos saíam apenas quando terminassem o que hoje é o Segundo Grau. Mas, apesar de isso ter acabado, mantivemos aqui a excelência no ensino — disse a diretora.

O caso de amor entre Regina Stella Pedroso e a Escola Municipal Minas Gerais, na Urca, dura dez anos. Primeira diretora eleita da escola, há dez anos, ela continua no poder e com muita honra. Seu “mandato” é compulsoriamente renovado pela comunidade a cada dois anos.

— Temos que acabar com essa mentalidade de que a escola pública forma o empregado e a particular, o patrão. Aqui, nós damos o melhor e todos serão patrões. Não puxamos o currículo para baixo. Isso deve ser o segredo — afirma Regina. ■